

AÇÃO COLETIVA DE INTERDIÇÃO DA ALA DISCIPLINAR DO CAJE

Renato Barão Varalda

Promotor de Justiça do MPDFT

Andrea Cirineo Sacco

Promotora de Justiça do MPDFT

Anderson Pereira de Andrade

Promotor de Justiça do MPDFT

Cleonice Maria Resende

Promotora de Justiça do MPDFT

Leslie Marques de Carvalho

Promotora de Justiça do MPDFT

Luciana Bertine Leitão

Promotora de Justiça do MPDFT

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por seus representantes infra-assinados, Promotores de Justiça do Núcleo de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial e da Infância e da Juventude, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 129, III e 227, ambos da Constituição Federal; artigos 1º, 3º, 4º, 6º, 124 e 201, inciso V e 210, inciso I, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente, e de acordo com os preceitos em geral da legislação civil e processual civil, especialmente a Lei Federal nº 7.347/85, propor a presente

AÇÃO COLETIVA DE INTERDIÇÃO DA ALA DISCIPLINAR DO CAJE

com pedido liminar e preceito cominatório de obrigação de fazer contra o **DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público interno, o qual deverá ser citado na pessoa de seu Procurador-Geral, no Edifício Sede da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, pelas razões que passa a expor.

I DA LEGITIMIDADE

A legitimidade do Ministério Público para a propositura da presente ação é inquestionável, sendo patente que o objeto em tela – direitos coletivos – alcança diretamente comunidade infanto-juvenil local (internos do CAJE), pelo que resta plenamente autorizada a atuação do *Parquet*. Decorre, genericamente, dos artigos 127 e 129, II e III, da Constituição Federal, e do artigo 201, V, do Estatuto da Criança e do Adolescente; mais especificamente, do artigo 210, I, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que assim reza:

**“Art. 210. Para as ações civis fundadas em interesses coletivos ou difusos, consideram-se legitimados concorrentemente:
I - o Ministério Público.”**

II DA COMPETÊNCIA

O ECA determina que o Juízo competente para processar as causas em que houver interesse de criança e de adolescente é o Juízo onde ocorreu o dano, e nesse sentido dita que:

“Art. 209. As ações previstas neste capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deve ocorrer a ação ou omissão, cujo Juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.”

Por sua vez, o art. 148 do ECA dispõe:

“Art. 148. A Justiça da Infância e Juventude é competente para: (...) IV – conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209.”

No caso do Distrito Federal, a existência de uma única Vara da Infância e da Juventude, de competência distrital, dispensa maiores questionamentos acerca do disposto no art. 209 retrocitado.

Por outra, a Lei nº 8.185/91 (Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal), em seu art. 31, IV, praticamente transcreve o art. 148, IV, do ECA, dirimindo qualquer dúvida sobre a matéria em comento.

Incontestável, portanto, a competência desse Juízo para processar e julgar a presente demanda.

III DOS FATOS

O Ministério Público em visita realizada no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE) constatou inúmeras irregularidades nas celas da Ala Disciplinar. Diante disso, requisitou-se ao Setor de Perícias do MPDFT a elaboração de um laudo referentes às celas da Ala Disciplinar do Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE), localizadas na SGAN 916, Módulo F, Brasília/DF, com o fim de constatar as condições de higiene, habitabilidade e segurança das referidas celas.

O laudo do MPDFT demonstrou que nas celas da Ala Disciplinar:

- a) a ventilação está parcialmente prejudicada em função da disposição arquitetônica das aberturas que propiciam a circulação do ar, quais sejam, frestas da porta da cela, abertura do visor da porta (Fotografias 1, 2 e 3 do laudo) e o rebaixamento na laje do teto (fotografia 7 do laudo);

- b) a iluminação é a mais prejudicada, não havendo incidência direta de luz natural (solar). A luminosidade ambiental de cada cela é garantida através de luz artificial (uma lâmpada do tipo incandescente de 60 Watts) que não atinge uma taxa mínima de lux (taxa de luminosidade ambiental) que propicie, por exemplo, a leitura de um livro (fotografia 4 do laudo). A visualização do interior das celas depende exclusivamente da luz artificial, cuja intensidade é baixa (baixa luminosidade do ambiente). O interno poderá a qualquer momento destruir ou retirar a lâmpada elétrica, o que deixará a cela sem nenhuma condição de visualização do seu interior;
- c) a inexistência de qualquer tipo de material (colchão, espuma) entre o corpo humano e a superfície rígida da estrutura, causando uma situação de desconforto quando do repouso e até mesmo podendo levar a um quadro de desenvolvimento de problemas na coluna vertebral (fotografia 5 e 6 do laudo);
- d) o vidro da lâmpada e a fiação elétrica estão expostos e de fácil acesso aos internos.
- e) inexistência das grades metálicas protetoras das luminárias (fotografia 4 do laudo);
- f) presença de elementos que colocam em risco a segurança dos internos: 1) existência de material cortante (vidro das lâmpadas incandescentes. O material – vidro – é altamente eficaz para a produção de cortes em regiões de grande irrigação sangüínea (exemplo: morte por hipovolemia); 2) existência de ponto de energia elétrica acessível no ambiente (luminárias) que podem levar à morte (eletroplessão);

O Relatório de Vistoria do MPDFT concluiu que: o ambiente das celas da Ala Disciplinar do CAJE não apresenta-se com condições mínimas de segurança em relação à integridade física dos presos (possibilitando suicídios) e estão prejudicadas as condições de habitualidade, higiene, conforto mínimo e salubridade ambiental (ventilação, insolação e conforto técnico).

IV DO DIREITO

O Relatório de Vistoria do MPDFT comprovou que as celas da ala disciplinar do CAJE continuam funcionando na estrutura e visão administrativa do antigo Código de Menores, constituindo-se em total desrespeito às normas jurídicas nacionais e internacionais em que o Brasil é signatário.

O artigo 3º do ECA dispõe que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-lhes, por lei ou outros meios, todas as **oportunidades e facilidades**, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

A Constituição Federal, em seu artigo 227, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º, determinam que é obrigação da FAMÍLIA, da SOCIEDADE e do **PODER PÚBLICO** assegurar, com **absoluta prioridade**, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A família, a comunidade, a sociedade e o **Poder Público** têm o dever de assegurar com prioridade absoluta a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, nos termos do artigo 4º, do ECA, e, é por meio da defesa dos direitos fundamentais que torna-se obrigatório às instituições de internação a se estruturarem e passarem a cumprir as normas estabelecidas pelo ECA.

Em síntese, a prioridade absoluta para a infância e juventude, prevista no art. 227 da Carta Magna, significa que os administradores da coisa pública devem dedicar à criança e ao adolescente a maior parte de seu tempo, o que significa dispendê-la a parte das verbas públicas que forem necessárias, **bem como cuidar adequadamente dos que precisam de determinados programas e/ou serviços em caráter prioritário.**

O artigo 121 do ECA, ao referir-se à medida socioeducativa de internação, a sujeita ao princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em

desenvolvimento. O artigo 124 do ECA lista direitos assegurados aos adolescentes privados de liberdade em consonância com todo o sistema processual, a condição assegurada de sujeitos de direitos.

Nesse sentido, vale transcrever as determinações do ECA:

Art. 124 – São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

...

V – ser tratado com respeito e dignidade;

...

**IX – ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;
X – habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade**

...

O direito do adolescente-interno ser tratado com respeito e dignidade está também insculpido na ordem constitucional (tanto no artigo 227, que consagra a doutrina da proteção integral, quanto no artigo 5º, inc. XLIX). O direito de acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal e de habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade, bem como manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder de autoridade, são direitos que lhe são igualmente assegurados, em face mesmo da lógica do sistema. O laudo do MPDFT demonstrou que todos esse direitos foram violados.

O total desrespeito à preservação mínima dos direitos fundamentais dos adolescentes foi cabalmente comprovado pelo Relatório de Vistoria do MPDFT, cabendo ao Poder Judiciário garantir e resgatar direitos que lhes foram violados pelo próprio Poder Público.

A omissão do Poder Judiciário denotará que o Estado Democrático de Direito ainda não está aplicado em toda sua plenitude pelas Instituições Brasileiras, em desrespeito às normas internacionais, em especial a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança/ONU. Deve o Poder Judiciário, por meio de seu dever funcional de fiscalização das instituições de internação, garantir a efetivação dos direitos fundamentais dos adolescentes internos, adequando tais centros de internação ao ECA e à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.

O quadro caótico existente na ala disciplinar do CAJE demonstra a desobediência do Distrito Federal às normas da Constituição Federal, do ECA e das Convenções Internacionais. Nesse diapasão, constata-se que ao Judiciário cumpre corrigir tais irregularidades, onde o Distrito Federal descumpra o que lhe cabe perante os comandos legais.

Ademais, o artigo 125 do ECA obriga o Estado a zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar todas as medidas adequadas de contenção e segurança. O laudo do MPDFT comprova o desrespeito pelo Distrito Federal aos referidos dispositivos legais acima mencionados.

No processo de efetividade do ECA, especialmente nos estabelecimentos de internação, o que se vê, é o descumprimento do mandamento constitucional que dispõe que adolescentes se constituem em prioridade absoluta da Nação Brasileira (no caso, do Distrito Federal). As ações e a efetivação de programas devem ser priorizadas, viabilizando a execução efetiva das medidas socioeducativas que busquem a integração social dos jovens. No caso, como buscar a integração social, se os adolescentes são confinados em celas insalubres, sem ventilação, sem higiene e sem segurança, apenas porque são autores de infrações administrativas?

O artigo 3, item 2, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança prescreve que “Os Estados-Partes se comprometem a assegurar à criança a proteção e o cuidado que sejam necessários para seu bem-estar, levando em consideração os direitos e deveres de seus pais, tutores ou outras pessoas responsáveis por ela perante a lei e, com essa finalidade, tomarão todas as medidas legislativas e administrativas adequadas”. O item 3, do referido artigo determina que: “Os Estados Partes se certificarão de que as instituições, os serviços e os estabelecimentos encarregados do cuidado ou da proteção das crianças cumpram com os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes, especialmente no que diz respeito à segurança e à saúde das crianças, ao número e à competência de seu pessoal e à existência de supervisão adequada”.

As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing), em sua quinta parte – Tratamento Institucional, prescrevem: “A capacitação e o tratamento dos jovens colocados

em instituições têm por objetivo assegurar seu cuidado, proteção, educação e formação profissional para permitir-lhes que desempenhem um papel construtivo e produtivo na sociedade. Os jovens institucionalizados receberão os cuidados, a proteção e toda a assistência necessária social, educacional, profissional, psicológica, médica e física que requeiram devido à sua idade, sexo e personalidade e no interesse do desenvolvimento sadio.”

O item 2 do artigo 3º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (**Decreto nº 99.710 de 21/11/90**) determina aos Estados-Partes o compromisso de assegurar à criança a proteção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e deveres dos pais, dos tutores ou de outras pessoas legalmente responsáveis por ela, e, para este propósito, cabem tomar as medidas legislativas e administrativas apropriadas.

Demais disso, o artigo 37, alínea “c”, da referida Convenção estatui: “Os Estados-Partes zelarão para que: toda criança privada da liberdade seja tratada com a humanidade e o respeito que merece a dignidade inerente à pessoa humana, e levando-se em consideração as necessidades de uma pessoa de sua idade...”.

As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade¹ reconhecem, no item 2, que os jovens privados de

¹ 31. Os jovens privados de liberdade terão a contar com locais e serviços que satisfaçam a todas as exigências da higiene e da dignidade humana.

32. O desenho dos centros de detenção para jovens e o ambiente físico deverão corresponder à sua finalidade, ou seja, a reabilitação dos jovens internados, em tratamento, levando devidamente em conta a sua necessidade de intimidade, de estímulos sensoriais, de possibilidades de associação com seus companheiros e de participação em atividades esportivas, exercícios físicos e atividades de entretenimento. O desenho e a estrutura dos centros de detenção garantam uma evacuação segura dos locais. Deverá ser feito um sistema eficaz de alarme para caso de incêndio, assim como procedimentos estabelecidos e devidamente ensaiados que garantam a segurança dos jovens. Os centros de detenção não estarão localizados em conhecidas zonas de riscos para a saúde ou onde existam outros perigos.

33. Os dormitórios deverão ser, normalmente, para pequenos grupos ou individuais, tendo presentes os costumes locais. O isolamento em celas excepcionais e unicamente pelo menor espaço de tempo possível. Durante a noite, todas as zonas destinadas a dormitórios, inclusive as habitações individuais e os dormitórios coletivos, deverão ter uma vigilância regular e discreta para assegurar a proteção de cada jovem. Cada jovem terá, segundo os costumes locais ou nacionais, roupa de cama individual suficiente, que deverá ser entregue limpa, mantida em bom estado e trocada regularmente por motivo.

34. As instalações sanitárias deverão ser de um nível adequado e estar localizadas de maneira que o jovem possa satisfazer suas necessidades físicas na intimidade e de forma asseada e decente.

liberdade requerem atenção e proteção especiais e a necessidade de garantia dos direitos e bem-estar durante o período em que estejam privados de sua liberdade.

Insta destacar ainda os itens 66 e 67, Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade: “Todas as medidas e procedimentos disciplinares deverão contribuir para a **segurança** e para uma vida comunitária ordenada e ser compatíveis com o **respeito à dignidade inerente do jovem** e com o objetivo fundamental do tratamento institucional, ou seja, infundir um sentimento de justiça e de respeito por si mesmo e pelos direitos fundamentais de toda pessoa”. “Todas as medidas disciplinares que sejam cruéis, **desumanas** ou degradantes, estarão estritamente proibidas, incluídos os castigos corporais, o **recolhimento em cela escura** e as penalidades de isolamento ou de solitária, assim como qualquer outro castigo que possa pôr em perigo a **saúde física ou mental** do menor.” [sem grifo no original].

Por fim, visando demonstrar a imprescindibilidade do dever do Poder Judiciário, detentor de poder político, em interpretar as normas legais e constitucionais em sintonia com a proteção dos direitos humanos e atuar como *agente de transformação*, vale destacar jurisprudência gaúcha (Apelação Cível nº 594048621, Rel. Salvador Horacio Vizzotto, 1ª Turma Cível) em que se determinou a interdição de presídio, com suporte na Lei de Execução Criminal:

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESÍDIO. PÉSSIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. INADEQUAÇÃO PARA MANTER A POPULAÇÃO CARCERÁRIA. NECESSIDADE DE EXECUÇÃO DE REFORMA IMEDIATA. OMISSÃO DO ESTADO. INTERDIÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCABIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA OBJETIVANDO OBRIGAR O ESTADO EXECUTAR, EM CURTO PRAZO REFORMAS EMPRÉDIO DO SEU SISTEMA PRISIONAL POR NÃO POSSUIR CONDIÇÕES MÍNIMAS DE MANTER A POPULAÇÃO CARCERÁRIA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA, POR SE TRATAR DE ATO ADMINISTRATIVO DEPENDENTE DE CRITÉRIO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE, SENDO, POR ISSO, VEDADO AO PODER JUDICIÁRIO, NO EXERCÍCIO DO CONTROLE JURISDICIONAL, APRECIAR O MÉRITO. PODE, TODAVIA,

COM SUPORTE NA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS, DECRETAR A INTERDIÇÃO DO PRESÍDIO, SENTENÇA, EM REEXAME NECESSÁRIO, MODIFICADA EM PARTE. DESPROVIDAS AMBAS AS APELAÇÕES. (APC Nº 594048621, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, TJRS, RELATOR: DES. SALVADOR HORÁCIO VIZZOTTO, JULGADO EM 15/02/1995) [sem grifo no original]

V DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DE LIMINAR

Na hipótese dos autos, encontram-se presentes os requisitos para a concessão de medida liminar, sem justificação prévia, na forma prevista no art. 12, da Lei nº 7.347/85, e art. 213, § 1º, do ECA.

Com efeito, a presença do *fumus boni juris* está evidenciada por meio das inúmeras normas constitucionais e infraconstitucionais que consagram à criança e ao adolescente a proteção integral dos seus direitos com prioridade absoluta, em especial, o respeito incondicional à dignidade humana no interior dos estabelecimentos de internação.

Veja-se que a Constituição Federal se encontra em vigor desde 1988; o ECA e a Convenção sobre os Direitos da Criança por sua vez, desde 1990. Dado o tempo decorrido e a omissão do Distrito Federal, é evidente o descumprimento da Constituição Federal e das demais leis infraconstitucionais, sendo também gritante o descaso do Poder Público, que, nos últimos anos, ignorou completamente o respeito à integridade física e moral dos adolescentes internados na ala disciplinar do CAJE.

Cabe registrar, ainda, que tais leis, pelo fato de resguardarem direitos fundamentais, possuem aplicação imediata, conforme disposto no art. 5º, § 1º, da Constituição Federal.

Portanto, não se justifica, diante das disposições constitucionais e infraconstitucionais (ECA e Convenção sobre os Direitos da Criança), a omissão do Distrito Federal em aparelhar adequadamente a ala disciplinar do CAJE, dotando-a das condições mínimas de habitabilidade.

Nem se alegue falta de verba pública para a implementação total da Ala Disciplinar do CAJE, uma vez que a própria Constituição Federal prescreve o princípio da absoluta prioridade à criança e ao adolescente, para nortear a destinação das verbas públicas.

Com efeito, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e adolescente é obrigação do Estado, a qual deve ser cumprida respeitando-se o princípio constitucional cogente da prioridade absoluta em relação à destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e juventude (art. 4º, parágrafo único, alínea ‘d’ do ECA).

A propósito, Dalmo de Abreu Dalari *in* “ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMENTADO – 2ª edição, página 28, *verbis*:

“(...) a tradicional desculpa de ‘falta de verba’ para a criação e manutenção de serviços não poderá mais ser invocada com muita facilidade quando se tratar de atividade ligada, de alguma forma, a crianças e adolescentes . Os responsáveis pelo órgão público questionado deverão comprovar que, na destinação dos recursos disponíveis, ainda que sejam poucos, foi observada a prioridade exigida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Resta presente, também, o **periculum in mora**, visto que os fatos comprovam ser insustentável a atual situação, na qual a cada minuto se desestruturam física e psicologicamente adolescentes internados na Ala Disciplinar do CAJE, acarretando com o prolongamento do presente *stato quo* lesões irreparáveis, oriundas da omissão e descaso dos Poderes Públicos.

Por conseguinte, mister se faz que a medida liminar seja deferida, sob pena de constante desrespeito aos direitos fundamentais e graves prejuízos aos adolescentes, visto que o Distrito Federal não tem dado a esta área a devida atenção, na forma da lei.

6 DO PEDIDO

Ante o exposto, o Ministério Público vem requerer a Vossa Excelência:

1) a concessão de medida liminar, na forma da legislação vigente, para compelir o Distrito Federal, a atender, no prazo de 72h (setenta e duas horas), a interdição da ALA DISCIPLINAR DO CAJE;

2) na hipótese de descumprimento do item acima, pugna o MINISTÉRIO PÚBLICO, com base no art. 213, § 2º, do ECA, pela cominação, ao Distrito Federal, em liminar, de multa diária equivalente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), revertendo os valores resultantes do inadimplemento da obrigação ao Fundo Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 214, ECA);

3) a citação do Distrito Federal, na pessoa de seu representante legal, para contestar, querendo, a presente ação, no prazo que lhe faculta a lei, cientificando-lhe de que a ausência de defesa implicará revelia e reputar-se-ão como verdadeiros os fatos articulados nesta inicial;

4) provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, mormente o Relatório de Vistoria (Exame de local) do MPDFT e testemunhal (oitiva dos adolescentes relatados para a Ala Disciplinar do CAJE), e demais vistorias que V. Exa. entender necessárias;

5) seja, após a instrução, julgada procedente a ação, confirmando-se o pedido liminar acima requerido, para efeito de se compelir o Distrito Federal a interditar definitivamente a ALA DISCIPLINAR DO CAJE, sob pena do pagamento de multa diária no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), a ser revertida para o Fundo Distrital da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento, condenando-se o Distrito Federal nos ônus da sucumbência.

Valora-se a causa em R\$ 100,00 (cem reais).

Brasília, 3 de dezembro de 2001

RENATO BARÃO VARALDA
Promotor de Justiça Adjunto

ANDREA CIRINEO SACCO

Promotora de Justiça Adjunta

ANDERSON PEREIRA DE ANDRADE

Promotor de Justiça

CLEONICE MARIA RESENDE

Promotora de Justiça

LESLIE MARQUES DE CARVALHO

Promotora de Justiça

LUCIANA BERTINE LEITÃO

Promotora de Justiça